



# A **Orientação Parental** e as bases para a educação gentil aplicadas no atendimento clínico

EXCLUSIVO PARA PSICOLOGOS

**Somos Fabrícia Barros e Fabiana Brando** - Psicólogas e especialistas em Orientação Parental. Juntamos mais de 10 anos de estudos e prática clínica e desenvolvemos o **Método OPP - Orientação Parental para Psicólogos** um método estruturado para nos ajudar nos atendimentos com os pais e apoiar tantas famílias que precisam desse nosso conhecimento.

Colocamos em prática o método e vimos o **resultado**: realização profissional, valorização do trabalho, agenda cheia e famílias agradecendo por contribuir para uma verdadeira mudança de vida.

**Dezenas de Psicólogos** já estão aplicando o método, se posicionando como Orientadores Parentais e orientando pais dentro da clínica infantil, e tendo resultados incríveis, vivendo da sua profissão e contribuindo para a melhoria das relações de tantas famílias que precisam de ajuda.

Somos defensoras de uma **parentalidade leve e consciente**; dos **direitos dos pais** de terem sua história e individualidade consideradas; e dos **direitos das crianças**, que merecem ser ouvidas, **respeitadas** e ter um ambiente favorável ao seu desenvolvimento.



**FABRÍCIA BARROS E  
FABIANA BRANDO**

**PSICÓLOCAS E ESPECIALISTAS  
EM ORIENTAÇÃO PARENTAL**

A Orientação Parental é um campo de atuação relativamente novo, principalmente para os Psicólogos. Existe pouca produção de conteúdo sobre o tema com o olhar da psicologia, abordando as intervenções técnicas que podemos fazer. Por isso, desenvolvemos esse livro: para introduzir o tema, contextualizar o surgimento do campo de trabalho da Orientação Parental (OP), apresentar os conceitos basilares da educação gentil e do Método de Orientação Parental para Psicólogos (OPP), enfatizando porque a Psicologia deve estar inserida na construção do conhecimento nesta área.

### **Contextualizando a Orientação Parental**

A discussão sobre a importância da estrutura familiar e dos modelos de educação e estilos parentais não é recente. Addler já sinalizava a importância da OP no início do século XX, quando abriu vários centros de orientação em escolas em Viena, Berlim e Munique.

Desde então, é possível encontrar muito material em literaturas científicas relacionado a métodos Behavioristas, Cognitivos e Adlerianos aplicados ao contexto de educação infanto-juvenil. No geral, a OP é feita com grupos de pais em instituições, em sua grande maioria escolas. Há, ainda, muito material de outras abordagens sobre a importância da Psicoeducação no contexto da Psicoterapia Infantil.

Jane Nelsen, influenciada por seus estudos sobre Alfred Adler e Rudolf Dreikurs, inicia um trabalho como conselheira em escolas na Califórnia desenvolvendo um programa de aconselhamento para pais e educadores.

Posteriormente, em 1981, ela escreve, em parceria com Lynn Lott, o livro *Disciplina Positiva*. Esses programas de aconselhamentos existem até hoje e podem ser realizados por Educadores Parentais certificados pela American Discipline Positive Association.

Com o advento da internet e das redes sociais, a Disciplina Positiva, assim como outras propostas de educação gentil, começam a ser difundidas e, de alguns anos para cá, passamos a ter acesso a muita informação sobre práticas educativas que facilitam a aprendizagem de habilidades de vida. A necessidade de romper com o método tradicional de educação (autoritário) fez surgir, então, todo um movimento a favor dos direitos das crianças e de uma educação mais respeitosa. Profissionais de todas as áreas começam a falar sobre a temática nas redes sociais, de forma a disseminar as teorias de educação mais recentes e iniciam um trabalho com os pais, denominado “Mentorias” ou “Workshops”.

A Psicologia, até hoje, tende a reconhecer muito mais o modelo de OP no contexto da psicoterapia infantil, portanto, ainda vemos pouquíssimos Psicólogos que se intitulam Orientadores Parentais e que atuem exclusivamente com os pais.

E é neste contexto que nos posicionamos como Orientadoras Parentais e acreditamos que nós, Psicólogos, temos capacidade de ir muito mais a fundo no trabalho com esses pais. Além disso, temos desenvolvida a habilidade técnica de saber distinguir quando o atendimento deve ser de OP ou quando indicar Psicoterapia para a criança. A família tem acesso, portanto, a uma maior qualidade técnica nesse tipo de avaliação.

## Contextualização da Parentalidade

No modelo de criação patriarcal, as relações eram baseadas em hierarquias bem estabelecidas, famílias hegemônicas formadas por pai, mãe e filhos, onde havia o homem da casa ou o chefe de família, que era o provedor e a quem todos deviam obediência. A educação cotidiana dos filhos cabia à mãe, que exercia um papel, predominantemente, de proteção.

Os papéis eram muito bem definidos e a maneira de educar era formalmente estabelecida. Isso não significa que não existiam exceções e discordâncias, mas elas eram, em geral, silenciadas. O papel dos filhos era obedecer, e conflitos não eram bem recebidos. Predominava um estilo de criação autoritário e a relação dos filhos com os cuidadores era baseada no medo: medo de apanhar, medo de ficar de castigo, medo de perder o amor dos pais. Pela própria definição muito clara dos papéis a desempenhar dentro das famílias, as crianças não ficavam próximas aos adultos.

Nos anos 50, casar e ter filhos era praticamente uma obrigação, os métodos contraceptivos eram arcaicos e nem sempre funcionavam, e a pílula anticoncepcional só se estabeleceu nos anos 60. Nem sempre esses pais queriam aquela quantidade de filhos, mas, social e moralmente, era quase uma obrigação, uma tarefa a desempenhar.

Atualmente, as famílias são constituídas em configurações diferentes (pais casados, pais separados, pais separados e casados com outras pessoas, às vezes com outros filhos, duas mães, dois pais, uma mãe, um pai, etc.).

O que passa a ser valorizado é uma dinâmica familiar em que os cuidadores sejam responsáveis pela educação de seus filhos, ao mesmo tempo em que ambos estão no mercado de trabalho; e se espera que sejam mais participativos, curiosos e criteriosos na educação dos filhos.

Chama-nos a atenção o fato de que, muitas vezes, essa participação, quando excessiva, acaba criando filhos com pouco senso de responsabilidade e motivação. Por esse motivo, também o sentimento que antes era o medo dos filhos de perderem o amor dos pais, inverte-se e passa a ser o dos pais perderem o amor dos filhos, e é justamente aí que pode entrar um modelo de parentalidade permissivo. O medo de perder o amor dos filhos e a falta de conhecimento tecnicamente embasado de como educar nesse mundo com demandas e necessidades novas passa a ser um entrave significativo na relação entre pais e filhos.

Além disso, no momento histórico em que vivemos, os filhos tendem a ser mais planejados, esperados e programados. E há um aumento da percepção de que a criação deles não é tão intuitiva, já que o mundo mudou em uma velocidade muito grande e a forma inquestionável de antes passa a ser questionada, seja por especialistas, seja pela própria complexidade da experiência real. Uma vez que ter filhos passa a ser uma escolha, os pais desenvolvem uma outra relação com a parentalidade. O próprio planejamento decorrente de uma escolha torna o processo de parentalidade mais consciente.

Na era da tecnologia, as crianças convivem com estímulos muito diferentes daqueles aos quais os pais foram submetidos. A competição no mercado de trabalho, passa a ser um valor com o qual os pais precisam se preocupar, o que faz com que busquem “não errar”. Um outro ponto importante a se considerar são as mudanças no rol de habilidades consideradas imprescindíveis para o mercado de trabalho: criatividade, ideias inovadoras, colaboração com menos hierarquia, busca de direitos e igualdade, flexibilidade. E, mais uma vez, os pais sentem que precisam se adaptar a essa demanda.

Por fim, as nossas crianças internas, criadas com afastamento emocional, sob a lógica do medo e da insegurança, não querem replicar essa mesma equação com seus filhos. Por este motivo, percebemos muitos pais na busca de novas estratégias educacionais.

### **Conceito de Saúde**

Para tratar deste tema, no âmbito da OP, escolhemos o recorte epistemológico da Gestalt-terapia, da Teoria Organísmica e da Teoria de Campo.

Nesse sentido, defendemos que:

“saúde diz respeito à satisfação adequada de necessidades, em um processo de autorregulação entre pessoa e meio. Assim, atrás de toda doença, existe a não satisfação ou a satisfação inadequada de necessidades que precisam ser atendidas.

(...) Saúde é um contínuo dinâmico entre organismo e meio numa relação recíproca, harmoniosa, entre necessidades presentes, no aqui e agora e sua satisfação” (RIBEIRO, 2007, p.88).

Em outras palavras, a perspectiva de saúde com que trabalhamos diz respeito à possibilidade de nos relacionarmos de maneira criativa e singular, sensíveis à e buscando a satisfação de nossas necessidades, porém tratando com consideração e respeito os outros singulares com que convivemos (FRAZÃO, 1997).

Dessa forma, e considerando que o trabalho terá como foco o exercício da parentalidade, utilizamos como critério de funcionamento saudável a capacidade criativa e fluida dos pais para lidar com os mais diversos desafios que emergem na relação com os filhos. Afinal, toda atuação profissional com foco na saúde mental busca facilitar que o homem, enquanto ser-no-mundo, recobre/reencontre sua natureza relacional, contextualizada e criativa.

Uma vez que temos como objetivo propor intervenções que sejam fonte de saúde para a dinâmica familiar, precisamos desenvolver a compreensão de que a família é um grupamento que funciona como uma unidade dinâmica, sendo que qualquer estímulo que atinja este organismo em qualquer um dos seus subsistemas, necessariamente promoverá mudanças na unidade total.

Os padrões de resposta (performances/desempenho) desta unidade são guiados por um objetivo único: a busca de equilíbrio do sistema global.

Tal visão sistêmica da composição familiar está alinhada com a concepção holística de ser humano, a partir da qual se considera que a experiência é sempre resultado da interação organismo-ambiente. Ou seja, precisaremos sempre observar as especificidades de cada relacionamento que compõem o sistema, bem como as condições psicossociais em que elas se dão. Isso porque o que possibilita que a experiência cotidiana seja nutritiva e saudável para o ser humano é seu nível de awareness, que

“se refere à capacidade de aperceber-se do que se passa dentro de si e fora de si no momento presente, tanto a nível corporal, quanto a nível mental e emocional. A possibilidade de perceber simultaneamente o meio externo e interno através dos recursos perceptivos e emocionais (...). A ‘awareness’ possibilita que o contato seja de boa qualidade e que a experiência possa ser assimilada ou rejeitada” (FRAZÃO, 1997, p.65).

Nosso desafio inicial, portanto, durante as sessões de OP, será compreender, fenomenologicamente, as relações existentes entre os aspectos individuais, psicossociais e sistêmicos que apontem para um desequilíbrio na dinâmica familiar. do organismo.

No entanto, precisamos saber que o sistema apresentará resistência à mudanças e às intervenções, devido ao princípio da auto-regulação orgânica (GOLDSTEIN, 1995): uma forma do organismo de interagir com o mundo, segundo a qual o organismo pode se atualizar, respeitando a sua natureza, do melhor modo possível. Este lidar com o meio pode se dar tanto através de reações de aceitação e adaptação a este, quanto também através de ações de rejeição e fuga do mesmo. Quando a continuidade do sistema é ameaçada pelo contato com o meio, a retirada do contato é uma tentativa de adaptação.

Por mais que a família busque voluntariamente por ajuda, nosso acompanhamento pode ser percebido como uma ameaça, uma vez que

“O indivíduo comum, tendo sido criado numa atmosfera cheia de rupturas, perdeu sua Inteiraza, sua Integridade. Para reintegrar-se de novo, ele tem de sobrepujar o dualismo de sua pessoa, de seu pensamento e de sua linguagem. Ele está acostumado a pensar em termos de contrastes – infantil e maduro, corpo e mente, organismo e meio, self e realidade – como se fossem entidades em oposição. A perspectiva unitária que pode dissolver uma abordagem dualística desse tipo está oculta, mas não destruída e, como pretendemos mostrar, pode ser readquirida com benefício salutar” (PHG, 1997, p.32).

## Conceito de Terapia de Família (Sistemas)

### 1) Sistemas

Ao atender os pais em OP, precisamos ampliar a visão da clínica tradicional e buscar uma compreensão de como esse sistema familiar tende a funcionar. Portanto, se faz necessário o conhecimento e compreensão da teoria sistêmica.

A ideia de sistema surge do olhar pra família como sistema relacional que vai além do indivíduo e que articula entre seus membros vários componentes individuais. Os estudos de família observam a família pelo aspecto relacional e também o indivíduo e seu processo de diferenciação.

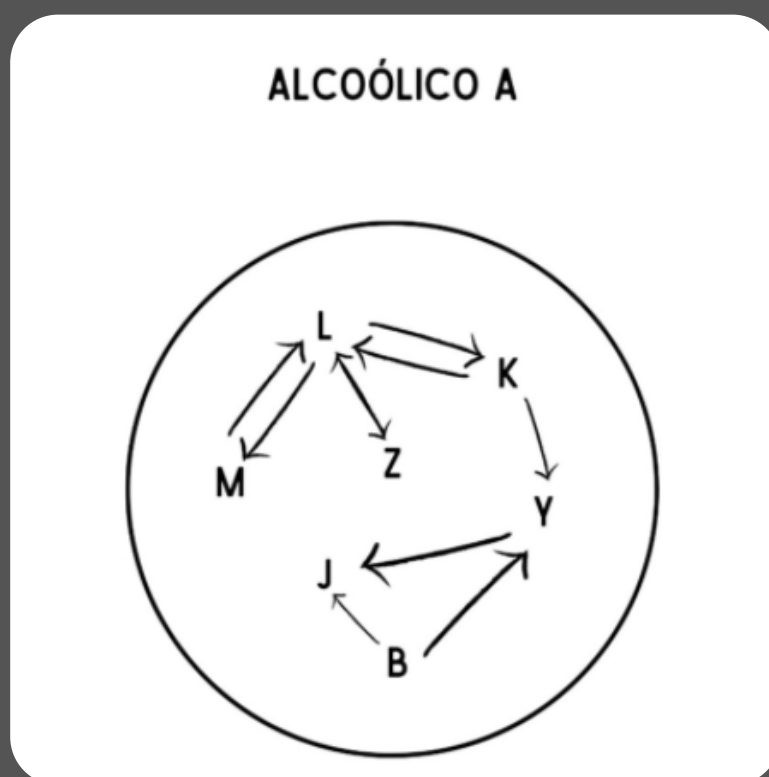
Para a teoria dos sistemas, o todo é maior do que a soma das partes, e isso implica mudar um pouco a visão causal que muitos profissionais de saúde e muitos pais ainda detêm:

A teoria de sistemas não nos permite mais pensar que o alcoólico A ou o esquizofrênico Z vieram de pais Z e R ou de uma substância chamada vodca. O alcoólico A é o produto de muitos fatores inter-relacionados.

Esses relacionamentos não são necessariamente ordinais, de valor igual, sequenciais ou mesmo aditivos.

A Figura mostra como sua interação dinâmica pode ser frouxamente arranjada. As circunstâncias da vida humana e o desenvolvimento dos eventos não se alinham como números, figuras ou linhas retas indo da origem A para o destino. (ZINKER, 1994, p.69-70)

- Predisposição genética
- Circunstância de vida
- Situações inacabadas
- Alcoolismo dos pais
- Outros fatores
- Adictos



Em um casamento disfuncional, por exemplo, seria ingênuo concluir que um dos dois parceiros é culpado ou o causador do problema, embora possamos precisar rotular e proibir um comportamento específico como abusivo e inaceitável. Pensar apenas sob o aspecto deste parceiro seria limitante e não ajudaria a entender a disfunção, porque a outra parte da problemática também faz parte e contribui de alguma forma para as configurações específicas desse campo.

Para quem vem do atendimento clínico individual, esta perspectiva pode ser bastante desafiadora, porém cremos que ampliar o olhar se faz mais rico e necessário no contexto dos atendimentos em Orientação, já que a nossa percepção e nossas intervenções são realizadas no âmbito das relações entre os membros de uma família.

Dentro da fronteira familiar existem também subsistemas e combinações possíveis: pai-mãe, pai-filha, pai-filho, mãe-filho, mãe-filha, filha-filho. Em circunstâncias ideais, há um movimento fluido entre esses subsistemas, nas mudanças de combinações e também na abertura ou fechamento desses subsistemas para os sistemas maiores.

Por exemplo, alguns se juntam ora pra brincar; ora pra trabalhar; para tomar decisões; o pai vai com o filho mais velho no cinema; em outro momento, com a filha para uma festinha; o casal sai para um jantar, enquanto as crianças ficam em casa dormindo; ora todos assistem um filme juntos; ora cada pai tem o seu momento de descanso.

Vale lembrar também que o movimento familiar será sempre um movimento de busca pela manutenção do equilíbrio, conceito que chamamos de homeostase. Embora nem sempre seja um equilíbrio saudável, o conceito de mudança, quando o assunto são grupos familiares, é sempre um ponto de atenção para todos os elementos do sistema. A homeostase familiar pode ser um casal que sempre briga ou uma família silenciosa.

E este deve ser um indicador a ser observado no processo de OP. Quando as propostas de mudanças não acompanham uma necessidade da família, o profissional de Orientação pode ser rapidamente visto como ameaça e o processo corre o risco de ser interrompido.

### **2) Diferenciação X Manutenção**

Em um sistema familiar funcional, existe um propósito comum, além do respeito pelo espaço individual e pela autonomia. Em períodos de crise, ou seja, de dificuldades, os elementos tendem a se juntar e em períodos estáveis a aliviar essa união. As pessoas conhecem umas às outras o suficiente para entender quando agrupar ou quando separar. Os adultos se reúnem facilmente em um subsistema para tomar decisões para esta família, tendo também a flexibilidade de entender quando as crianças podem ou não ter participação nas decisões.

A família pode ser vista como um sistema ativo em constante transformação. Um organismo complexo que se altera com o passar do tempo para assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros. E é esse processo de crescimento que permite a diferenciação de seus elementos.

A necessidade de diferenciação funde-se à necessidade de coesão e manutenção da unidade familiar. O saudável seria o indivíduo ter garantido o pertencimento familiar para que pudesse se diferenciar progressivamente, tornando-se cada vez menos dependente do sistema familiar original, até o momento em que poderá separar-se para instituir seu próprio sistema.

A diferenciação é possibilitada pela triangulação das relações. Em uma relação dual, exclusiva, não pode ser feita a diferenciação: é como se você só tivesse um ponto de referência, sendo assim você não tem como comparar. As triangulações nos possibilitam experimentar partes diferentes de nós mesmos com outras pessoas. Esse processo de separação-individuação requer que a família passe por fases de desorganização, na medida em que o equilíbrio de um estágio é rompido como forma de preparação para a mudança em direção a um novo estágio mais adequado.

O processo de diferenciação é saudável, mas causa incômodo em todo o sistema, um desequilíbrio momentâneo que exige uma readaptação de todos. E muitas vezes somos convocados justamente nesses momentos, em que a família não está conseguindo se auto regular. Cabe a nós atuar nesse desequilíbrio, encorajando e ajudando esses pais a buscarem saídas mais saudáveis a partir de suas próprias potencialidades.

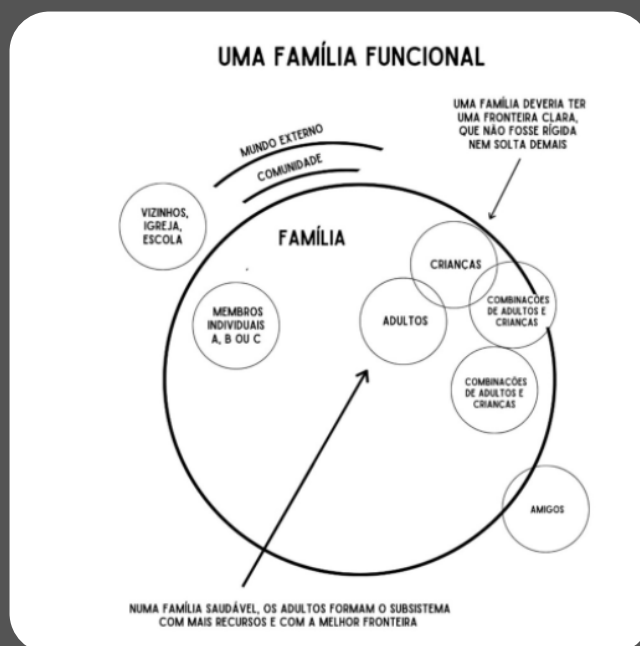
Uma mudança de um elemento acarreta mudança dos outros para se adaptarem ao novo contexto. No entanto, nem sempre essa evolução acontece. Muitas vezes as regras e comunicação do sistema impedem a individuação e autonomia dos membros isolados. As pessoas ficam presas em seus papéis e funções. Cada um se percebe forçado a desempenhar aquela função que o sistema impõe.

Um sistema em que preexiste uma expectativa sobre o papel de cada um impõe obstáculos à individuação. Como exemplo, podemos lembrar casos em que os pais forçam uma criança a se comportar constantemente como uma pessoa madura, exigindo desempenho de adulto, e a criança deve fazer um esforço para satisfazer suas exigências.

Sua tentativa é o preço a pagar pela manutenção de uma relação muito cara para ela. O resultado é uma profunda alienação em sua função determinada, a qual assume conotação negativa se for atribuída de forma rígida e irreversível; e/ou quando contradiz funções biológicas, por exemplo quando a função paterna é atribuída a um filho por exemplo. Aquela função torna-se uma prisão para ele e para os outros membros da família.

Quando uma família se cristaliza dessa forma, os elementos desse sistema dependem da não individuação do outro. Há um medo de que o outro se diferencie e, portanto, todo um esforço para que isso não seja possível. Nestes casos, todo movimento de diferenciação pode ser visto como traição.

Já em um sistema saudável, cada mudança individual será precedida por um desequilíbrio temporário e posterior reajuste. A família, enquanto sistema aberto, experimenta pressões em direção a mudanças, tanto internamente, através dos papéis de membros individuais da família satisfazendo as exigências dos ciclos de vida; como por exigências sociais.



As mudanças podem ser **intra sistêmicas** (o nascimento de um filho, filhos saindo de casa, menopausa, morte, divórcio) ou **inter sistêmicas** (transferência de emprego, deslocamento da família, crise política, pandemias).

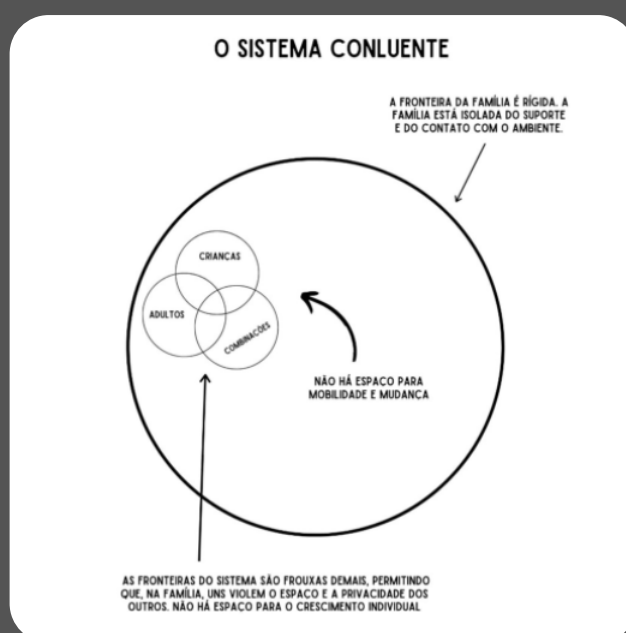
Muitas vezes, a reação à mudança é selecionar um membro para transmitir o stress e a tensão dessa percepção através da expressão de uma sintomatologia. Essas famílias podem se dividir em famílias em risco (temporário) ou famílias rígidas (contínuo).

As crianças são comumente convocadas para esse papel. O **paciente identificado** está pronto a sacrificar parte de sua autonomia para preencher a função escolhida de foco de todas as dificuldades interacionais da família. Esse paciente identificado pode ir mudando diante da necessidade familiar, porém há de se tomar cuidado com a possível cristalização desses papéis

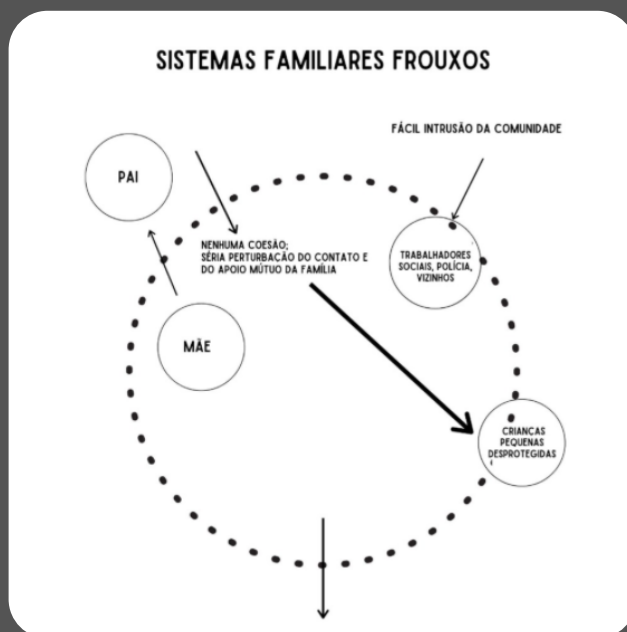
Nas famílias rígidas, as passagens de estágios evolutivos são vistas como catastróficas. Uma solução que serviu em uma fase é rigidamente aplicada em outras.

Nessas famílias, a designação do paciente identificado é irreversível e indispensável, para evitar o risco de instabilidade e também para evitar a evolução sucessiva da família. Podemos eleger como exemplo famílias que intitulam um dos filhos como “o problemático” e passam a viver em torno deste filho, ao ponto de não saberem mais viver de outra forma, pois viver de outra forma os obrigaria a mudar, e a mudança, por sua vez, é vista como uma ameaça à família.

**Famílias com fronteiras rígidas** são caracterizadas por fronteiras impermeáveis e rígidas onde os elementos se superprotegem como uma unidade. Não há um intercâmbio fácil com outros sistemas. Por outro lado, é comum encontrar fronteiras individuais muito fracas nessas famílias, onde não há limites pessoais, os pais invadem a vida dos filhos e as crianças, por sua vez, participam de decisões que são exclusivas dos adultos. Há pouca independência e autonomia dos elementos da família, bem como uma preocupação exagerada com o outro e uma comoção de todos com problemas particulares. Há uma força para dentro do sistema, tendência à retroflexão e a sintomas psicossomáticos de contenção.



Em **famílias com fronteiras hiperflexíveis**, percebemos uma desorganização familiar, as fronteiras externas são frouxas em demasia. Não há muita atenção para dentro do sistema e entre os elementos desse sistema. Não há tempo para comunicação interna, para um se interessar pela vida do outro. Pode haver negligências físicas e emocionais das crianças. Há falta de união e muitas vezes os elementos recorrem a vícios como suporte. Pela falta de apoio familiar, os sentimentos individuais são bem guardados e raramente expostos: uma defesa contra a dor e o desrespeito.



Em um atendimento de OP, assim como nos atendimentos de família, é importante priorizar o todo, a forma de funcionamento. Perseguir as causas seria inútil porque o sistema se apresenta de forma complexa e multifatorial. Portanto, seria mais eficiente buscarmos entender: o que os pais estão fazendo? Como eles gostariam de fazer? O que os impede de que suas necessidades sejam atendidas? Quais os processos que continuam se repetindo, ainda que sem utilidade?

E, dessa forma, proporcionar consciência e encorajar a força coletiva para ultrapassar as dificuldades nas relações com seus filhos. Nosso trabalho tende ao término quando aquele casal começa a perceber as necessidades dos filhos, olhar para as suas necessidades pessoais e familiares e tomar decisões mais saudáveis e mais funcionais repetidas vezes.

### **Compreensão da Infância e Implicações na OP**

As Ciências Sociais e Humanas passaram a considerar a infância - bem como as representações infantis de mundo - como objeto central de pesquisa recentemente, e isso teve relação direta com o reconhecimento da criança como sujeito histórico e de direitos. As crianças sempre estiveram inseridas nas mais diversas formas de organização social, vivenciando-as de acordo com o significado e representação dos adultos, inclusive em relação a que lugar elas deveriam ocupar.

As diferentes concepções sobre a infância não podem ser desvinculadas da história, pois sempre irão expressar os valores presentes na sociedade em cada momento histórico. Atualmente, nossos esforços buscam garantir às crianças, desde o nascimento, o direito à cidadania. Sendo assim, nas sessões de OP, um objetivo que deve ser seguido é o de contribuir para a revisão do modelo mental dos pais sobre a infância (BERNARTT, 2009).

Modelo mental é a forma como enxergamos o mundo e interpretamos as situações à nossa volta. Nossos modelos mentais são construídos a partir de nossas experiências e também dos valores e conceitos que nos transmitiram. Logo, se os pais consideram que as crianças são hierarquicamente inferiores, que não devem ter voz ou vez, que não podem ser autônomas, por exemplo, será mais difícil exercer uma educação gentil e respeitosa.

Nesse modelo mental tradicional, só cabe mesmo uma educação autoritária e punitiva. É importante que eles possam refletir e estejam conscientes do que pensam sobre os próprios filhos, mas também sobre as crianças de uma forma geral. Afinal, somente quando passam a enxergá-los como seres dignos de respeito, que estão descobrindo a própria identidade e aprendendo a lidar com suas emoções e com os desafios da vida, é que conseguirão contribuir de maneira positiva com seu desenvolvimento, apresentando limites com amor. E, conseqüentemente, com resultados mais consistentes e duradouros em relação à educação.

Quando se deparam com a necessidade de exercer a parentalidade, os pais passam a lidar com questões profundas da própria infância, de seus relacionamentos com suas figuras de apego, caminhando ao encontro de sentimentos infantis. Então, nem sempre será fácil ou simples agir com base no respeito e na empatia. Eles nem sempre irão concordar com nossas proposições e, nisso não há problema. A ideia é mostrar novas possibilidades, ajudá-los a desenvolver novos recursos, oferecendo exemplos do que funciona, mas respeitando as possibilidades deles.

## Estilos Parentais

Diversos estudos buscam compreender quais os impactos dos pais no desenvolvimento emocional e cognitivo dos filhos. A primeira a categorizar os estilos parentais foi a Psicóloga Baumrind (1966), e seu modelo teórico foi um marco nos estudos desta temática. Ela avaliou os comportamentos parentais por meio de alguns critérios como afeto ou ausência, nível de expectativa e clareza e consistência e regras, propondo posteriormente três estilos parentais: o estilo permissivo, o estilo autoritário e o estilo democrático.

Já na década de 1980, MacCoby e Martin (1983), após pesquisas adicionais sobre o tema, propuseram definir os estilos parentais a partir de dois eixos: a demanda (exigência - limites) e a responsividade (apoio - afeto). Os estilos parentais que surgem desta combinação são os mesmos propostos por Baumrind (1966), porém o estilo permissivo foi dividido entre permissivo e negligente, surgindo então um quarto estilo parental.

**Pais autoritários** exigem obediência às regras, oferecem um ambiente pouco caloroso, comunicação limitada, pouca escuta e criam, consequentemente, crianças com dificuldade em desenvolver uma visão mais crítica sobre o mundo, já que são pais com altas expectativas e dos quais se espera uma possível punição física.

**Pais permissivos** impõem poucas regras, evitam confrontos e punições, apresentam tolerância extrema, pouca definição de hierarquia, porém promovem um ambiente que tende a ser mais amigável, caloroso, onde há abertura para comunicação.

**Pais negligentes** apresentam pouca ou nenhuma regra, são ausentes física ou emocionalmente, desinteressados e com baixas expectativas. Ambiente caracterizado pelo abandono e pela falta de comunicação. Esse é o estilo mais potencialmente prejudicial ao desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças. No geral, não chegam ao processo de OPI, porque não se importam.

**Pais Autoritativos** expressam autoridade de maneira participativa e não repressiva, promovem um ambiente democrático, acolhedor e afetuoso, onde a comunicação e a escuta são valorizadas, são pais com altas expectativas e que deixam claras as regras da casa. Este por sua vez, se mostra o estilo parental com maior potencial de fatores de proteção ao desenvolvimento das crianças.

Autores como Darling e Steinberg (1993) ainda registram a diferença entre estilos parentais e práticas educativas. Os estilos parentais seriam um padrão de características da relação, ou seja, da interação de pais com filhos em diferentes situações. Seria um padrão emocional, onde as práticas se expressam. O estilo seria definido pelo conjunto de práticas e condutas.

Podemos chamar de práticas educativas as estratégias usadas pelos pais para orientar o comportamento dos filhos, também denominadas por determinados autores de estratégias educativas.

Inúmeros estudos científicos traçam paralelos entre os estilos parentais e problemáticas específicas como o uso de drogas na adolescência, relacionamentos amorosos na vida adulta, bullying, disfuncionalidade no padrão alimentar.

Em sua maioria, os estudos reforçam a importância de uma educação afetiva, calorosa, porém com limites bem estabelecidos, o que reforça a nossa escolha na proposta educativa da Disciplina Positiva.

O entendimento dos quatro estilos parentais nos auxilia no diagnóstico das estratégias educativas e também nos possibilita ter parâmetros sobre onde podemos chegar com cada família.



## A proposta de Educação Gentil

O método de criação tradicional é focado em uma disciplina rígida, com foco na punição, castigo, violência verbal, violência corporal e recompensa. É uma forma mais imediata de resolver o problema, mas que não prepara a criança para se responsabilizar e aprender a fazer escolhas mais saudáveis. Somado a isso, vamos pensar na relação pais e filhos da nossa época: como eram essas relações de uma forma geral? Eram relações de medo, de afastamento emocional, de rebeldia, baixa autoestima, sentimento de inadequação, que tinham como consequência adultos pouco preparados emocionalmente, desconectados de seus sentimentos.

Essas especificidades relacionais eram frequentes exatamente porque a lógica da punição gera um sentimento de inadequação ou de rebeldia. A punição não ensina, condiciona. Quando punimos, a criança se desfoca da reflexão sobre aquele comportamento inadequado e foca na raiva pelos pais. Analogamente, na lógica da recompensa, o controle e estímulo continuam a ser externos. A motivação para o bom comportamento vem de fora. E, com o tempo, a recompensa vai perdendo o efeito e precisa ir aumentando.

Algumas reflexões importantes precisam ser introduzidas para os pais que pensam: “na minha época era assim e eu sobrevivi”. Segundo as últimas estimativas da OMS, mais de 300 milhões de pessoas estão vivendo atualmente com depressão, que é um quadro clínico que vigora como fator de risco elevado para o suicídio.

Cerca de 800 mil pessoas morrem por suicídio todos os anos, sendo este fenômeno a segunda principal causa de morte entre os jovens de 15 a 29 anos. Ainda sobre a depressão, já sabemos que ela está em terceiro lugar no ranking de doenças que motivam o afastamento do trabalho.

Uma pesquisa recente, publicada no periódico na Sociedade Internacional para Prevenção ao Abuso e à Negligência Infantil, concluiu que adultos que apanharam na infância corriam maior risco de fazer uso abusivo de álcool e de drogas e tinham mais probabilidade de tentar o suicídio. Foram ouvidos 8.300 adultos da Califórnia, que responderam perguntas sobre situações adversas na infância e saúde mental na vida adulta.

Um trabalho de 2016, publicado no Journal of Family Psychology, analisou dados de 160 mil participantes ao longo de 50 anos e concluiu que as surras não apenas não levam ao bom comportamento, como estão relacionadas a uma ampla gama de indicadores negativos, incluindo, mais uma vez, prejuízos a saúde mental.

Os pais desejam que seus filhos sejam educados, saudáveis e felizes, mas os métodos de educação incluem punição, crítica, ameaça e humilhação. E muitos ainda não percebem essa incoerência, cabendo a nós, profissionais de saúde mental, apontá-la dentro de um contexto de acolhimento e suporte técnico.

As evidências científicas e as experiências com as famílias que acompanhamos mostram que a forma tradicional de educar já está ultrapassada. E, nesse contexto, o autoconhecimento emerge enquanto habilidade crucial a ser desenvolvida já na infância: saber reconhecer e nomear os próprios sentimentos e emoções, aprendendo a manejá-los de maneira funcional tem se mostrado um grande diferencial para uma existência com mais sentido (SANTOS, 2019).

A proposta de educação gentil se baseia, prioritariamente, no reconhecimento da criança enquanto sujeito de direitos, incluindo o direito à dignidade e ao respeito. Algo que parece óbvio, mas ainda não é para a maioria das famílias. Isso porque, enquanto a lógica da obediência vigorar, sempre teremos uma relação de hierarquia e desigualdade - baseada no poder e no controle -, na qual os cuidadores se apresentam como superiores ante à criança, para a qual só resta o papel da submissão.

Por outro lado, se reconhecemos a criança como igualmente digna, a busca da cooperação se torna mais coerente, libertando a infância da impotência que está por trás da obediência; e abrindo espaço para a responsabilidade, o senso crítico e a autonomia. E isso é muito diferente de apostar na permissividade. Respeitar os sentimentos e as opiniões das crianças não significa atender a tudo que pedem, da forma que pedem. Uma educação gentil prevê a apresentação de limites claros, porém respeitosos e que levem em consideração as possibilidades e limitações das crianças em cada fase de seu desenvolvimento.

E o que a Psicologia tem a ver com isso? Foram Psicólogos que suscitaram as primeiras discussões nesse campo:

“Em 1961, o psicólogo israelense Haim Ginott escreveu sobre educação livre de palmadas, castigos e humilhações. O conceito de inteligência emocional ainda não estava formatado da maneira que o conhecemos, mas Ginott já falava das consequências psicológicas das punições no desenvolvimento humano. No livro *Crianças dinamarquesas*, as autoras (...) descrevem o estudo que fizeram sobre como a Dinamarca permanece, há mais de quarenta anos consecutivos, sendo considerado o país com as pessoas mais felizes do mundo. O segredo está na forma de educar, baseada na empatia e conversa, na qual os castigos físicos são tipificados em lei” (SANTOS, 2019, p. 26).

Sendo assim, permanece sendo nossa responsabilidade informar à sociedade, com embasamento e ética, qual caminho pode ser mais facilitador para a saúde mental e a qualidade de vida dos nossos pequenos.

## Referências Bibliográficas

BERNARTT, Roseane Mendes. A infância a partir de um olhar sócio-histórico. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 9, 26 a 29 out. 2009. Anais... Curitiba: PUCPR.

Disponível em:

[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2601\\_1685.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2601_1685.pdf).

FRAZÃO, L. M. Funcionamento saudável e não saudável enquanto fenômenos interativos. In: Revista do III Encontro Goiano de Gestalt-terapia, v.3, n. 3, 1997.

GOLDSTEIN, K. The Organism. Nova York: Zone Books, 1995.

SANTOS, Elisama. Educação Não Violenta: Como estimular autoestima, autonomia, autodisciplina e resiliência em você e nas crianças. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 1997.

RIBEIRO, J. P. O ciclo do contato: temas básicos na abordagem gestáltica. São Paulo: SUMMUS, 2007.

ZINKER, J. C. A busca da elegância em psicoterapia. São Paulo: Summus, 2001.

ANDOLFI, M. Por trás da máscara familiar um novo enfoque em terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.